

A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÚBLICAS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER NAS REVISTAS SEMANAIS

Elizabeth Christina de Andrade Lima*

Resumo

O artigo busca analisar a construção das imagens públicas da ex-presidenta, Dilma Rousseff e do ex-presidente Michel Temer nas revistas semanais *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, no período de 02 dezembro de 2015 a 30 de outubro de 2017, período no qual foi aberto, pelo então presidente da Câmara de Deputados, o Processo de *Impeachment*, no qual Dilma respondeu pelo crime de responsabilidade, culminando em seu afastamento definitivo da presidência, o governo interino e os dez primeiros meses de governo de seu vice, Temer. O nosso intento é analisar os discursos construídos pelas revistas a partir de um recorte de relações de gênero. Concluímos que não lidamos com uma simples disputa de espaços de poder no campo político, mas por um processo atravessado por uma clivagem de gênero, marcadamente qualificada para construir positivamente a imagem de Temer, até o seu primeiro ano de governo e desconstruir negativamente a imagem da presidenta Dilma.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Revista; Dilma Rousseff.

Abstract

The article aims to analyze the construction of the public images of former president Dilma Rousseff and former president Michel Temer on periodical magazines *Veja*, *Época*, *IstoÉ* and *Carta Capital*, from December 2 of 2015 to October 30 of 2017, moment in which the impeachment process was opened by the current president of the Chamber of Deputies, in which Dilma responded for the crime of responsibility, culminating in her permanent removal from the presidency, the interim government and the first ten months of her vice government, Temer. Our goal with this research was to analyze the discourses constructed by the magazines from a clipping of gender relations. We concluded that we are not dealing with a simple dispute of power spaces in the political field, but by a process that is crossed by a gender cleavage, markedly qualified to positively construct Temer's image until his first year of government, and to negatively construct the image of president Dilma.

Keywords: Gender Studies; Magazine; Dilma Rousseff.

* Professora titular de Antropologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Introdução

No dia 31 de agosto de 2016, testemunhamos o último passo que consolidou um golpe articulado através do processo de *impeachment* aberto contra a presidenta Dilma Rousseff. Por 61 votos a favor e 20 contra o Senado a afastou definitivamente do seu cargo. A trajetória que levou a este resultado começa oficialmente em 02 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aprova a abertura do processo que levaria ao segundo *impeachment* sofrido por um presidente eleito em nossa recente democracia.

O embate, porém, teve início muito antes da data oficial acima citada. A saída do poder da primeira mulher presidenta do Brasil foi o resultado de uma pressão construída desde o seu primeiro mandato, em 2010, e que ganhou forte apoio nos “bastidores da política” com a sua vitória nas Eleições de 2014, até o seu afastamento definitivo. Inúmeras foram as motivações e interesses que levaram o legislativo, o judiciário, a mídia e a opinião pública a pressionarem pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, como diversos foram os episódios enfrentados até a sua saída. Um ponto importante a ser ressaltado foi o tratamento dado à Dilma Rousseff durante o seu processo de *impeachment*, momento no qual os meios de comunicação, de forma geral, e o jornalismo impresso, de maneira particular, produziram uma série de narrativas na tentativa muito clara de desconstruir a sua imagem como presidenta e pessoa pública.

Não há como desconsiderar que alguns setores da chamada mídia hegemônica têm forte contribuição no resultado final do *impeachment*. De forma pouco sutil, o aspecto nada convencional de uma mulher, vista pelos olhos de uma sociedade ainda com fortes traços patriarcais, passa a ser enfatizada por grandes veículos de comunicação com cada vez mais recorrência. Um caso que merece destaque, por exemplo, foi a capa e a matéria

da Revista *Isto É*, publicada em abril de 2016 - ponto alto do período de campanha midiática *pró-impeachment* - que trouxe por meio de seu conteúdo textual e de manipulação de imagens, uma clara manifestação misógina contra a presidenta da República, classificando-a como “louca”, como alguém que perdeu as condições para governar o Brasil.

Nos chamou atenção a maneira como algumas revistas noticiaram o processo que findou com o impedimento da presidenta. Dependendo da mídia em questão, foram dezenas de matérias produzidas ora acusando a presidenta e a responsabilizando por sua saída, ora a defendendo, por ser “vítima” de um golpe.

Em contrapartida, ao assumir interinamente a presidência do Brasil, por cento e oitenta dias, no período em que a presidenta Dilma foi afastada de seu cargo para responder ao processo de *impeachment*, de 12 de maio a 31 de agosto de 2016, e após a sua posse definitiva ao cargo de presidente do Brasil, com o afastamento definitivo da presidenta, em 31 de agosto de 2016, o que observamos foi uma cobertura midiática bastante eufórica e com conteúdo positivo para a chegada de um “novo governante”, Michel Temer.

A partir dessa realidade é que este artigo busca exatamente analisar a construção das imagens públicas de Dilma e Temer nas matérias das revistas semanais, com o intuito de refletir, até que ponto, a condição de gênero não imprimiu uma certa forma de pensar e dizer sobre essas figuras públicas. Cujos resultados passamos a descrever abaixo.

Por fim, cremos que estamos aqui lidando não com uma simples disputa política ou um processo comum de *impeachment*. Partimos do pressuposto de que tal processo tenha sido, entre outras razões e motivações, atravessado por uma clivagem de gênero, marcadamente qualificada para desconstruir não só a imagem da presidenta Dilma, mas de toda e qualquer governo feminino no comando, em decorrência de uma cultura sexista, machista e patriarcal

que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do poder político no Brasil e que encontrou nos *mass media* um importante canal de veiculação e propagação de todo um ideário de gênero marcado, sobretudo, por um discurso misógino e que ao mesmo tempo, em sentido contrário, construiu uma série de imagens e discursos para enaltecer a *persona* Michel Temer, como o estadista e como aquele que, como ele mesmo afirmou alhures, “iria colocar o Brasil nos trilhos”; e cabe à indagação: uma mulher não poderia fazê-lo? E, vale a pena a ressalva: trilhos, trens, ferro, são signos do masculino e da masculinidade, nada mais emblemático que isto.

Para realizar essas reflexões buscamos apontar as mudanças ou continuidades na elaboração das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer (enquanto *personas* públicas), construídas pela mídia hegemônica; a partir da análise das revistas *Veja* e *Carta Capital* buscando cobrir o processo de *impeachment* que ocorreu em 02 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, e o período do primeiro ano de governo de Michel Temer, de 31 de agosto de 2016 a 30 de outubro de 2017. Pesquisamos também algumas revistas *Época* e *IstoÉ*, que foram selecionadas pelo seu conteúdo e manchete de capas, contribuindo para melhor compreensão da narrativa construída pelas quatro revistas de maior circulação no Brasil.

A análise se construiu em etapas: na primeira delas realizou-se uma pré-seleção das revistas que seriam posteriormente analisadas, sem preocupação com o conteúdo narrativo, o critério para a seleção foi dado ao título das manchetes e a capa das mesmas. Ao todo para a análise foram selecionadas e lidas 51 revistas e estas passaram a compor o *corpus* de nosso material para análise.

Em linhas gerais, a proposta de metodologia que buscamos desenvolver foi a utilização de método qualitativo o qual visa à compreensão aprofundada dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece o seu

caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social. Entende-se que a quantificação de elementos não é o principal quesito da reflexão proposta; os elementos amostrais aqui elencados fazem parte de uma seleção que leva em consideração os aspectos necessários para a observação, percepção e análise do objeto principal da pesquisa.

A segunda etapa da metodologia foi recolher o material selecionado e analisá-lo através de fichas de leitura (para cada editorial, reportagem, coluna e artigo) com vistas a orientar à associação de categorias temáticas, para ao fim relacioná-las à construção de gênero. Precisamente ao término das leituras e finalizado os fichamentos de todo o material, seguimos para a terceira e mais longa etapa: compilação e análise dos dados recolhidos que constavam nas fichas de leitura. Cabe ainda explicar, a título de procedimento metodológico, que partir dos fichamentos, destacamos recortes/amostras dos discursos que mais se repetiam. E durante a manipulação destas amostras/recortes, buscou-se a associação ou distanciamento dos mesmos, com vistas a combiná-los em grupos (ou categorias temáticas), na tentativa assim de identificar tanto os diferentes discursos que se chocam sobre a posição da mulher na política, quanto aos padrões e regularidades presentes na construção das imagens do homem e da mulher, com destaque para as *personas* públicas Dilma Rousseff e Michel Temer. Em suma, cada categoria presente nos resultados, foi nomeada de acordo com as amostras/recortes dos discursos encontrados mais recorrentes.

As revistas semanais e a construção das personagens Dilma Rousseff e Michel Temer

A leitura de uma revista ou jornal não é apenas decodificar a informação que está ali impressa e ilustrada com imagens, fotos e infográficos. Jornalismo é um gênero discursivo que é

estabelecido com seu leitor por meio de um contrato de comunicação. Rossi (1980) enfatiza que jornalismo é uma batalha tanto pela mente quanto pelos corações de seus alvos: leitores, ouvintes e/ou telespectadores. O texto jornalístico é pensado para atender a esse leitor que busca algo além da notícia cotidiana, do furo jornalístico. Entre o lido e o escrito há uma identificação com o leitor, ou seja, a conquista de seu coração e sua mente. Textos e imagens conquistam a simpatia ou a antipatia do leitor. Para criar essa identificação as revistas se utilizam de muitas estratégias, como imagens, cores, diagramações e maneiras como essas marcas linguísticas vão auxiliar na construção de um discurso atual das revistas semanais (CRESTANI NETO, 2014).

Nestes termos a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. Não apenas a representação de sujeitos como também de *ethos* discursivo: imagem de si (MAINGUENEAU, 2008). O *ethos* discursivo é parte constitutiva da enunciação. Compreendemos ainda que o “jornalismo, ao (re)produzir imagens visuais e mentais, produz discursos, ou seja, interdiscurso, pois está em constante relação com outros discursos, de diversas formações discursivas” (BERTASSO, 2015, p. 106). Podemos inferir que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade a partir dos discursos que emitem e as capas das revistas são o primeiro contato com o público leitor.

A revista tem a cara de seu leitor, pois quem a define é este. Desse modo, há necessidade de um “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2006) entre o que é veiculado e o que pensa previamente o leitor. Há um pré-discurso na mente do leitor antes mesmo dele folhear o *magazine* e esses discursos não são necessariamente verbais: em sua maioria são icônicos. A identidade das revistas está exposta primeiramente nas capas. São elas que anunciam o conteúdo a ser abordado em seu interior e serve para reforçar

a identidade com seu leitor, ou seja, para fortalecer um “acordo prévio” (BERTASSO, 2015).

Para compreendermos a imagem (tanto visual quanto mental) é importante entender o contexto social na qual ela foi produzida, pois ela carrega em si muitos símbolos e estes foram produzidos justamente a partir do *ethos* discursivo, tanto do ponto de vista do seu autor como do leitor (CHARAUDEAU, 2006). Essas imagens visuais e mentais são construídas a partir da cosmovisão do leitor que interpreta o mundo a partir do seu veículo predileto. Por isso mesmo, os periódicos utilizam de forma deliberada recursos gráficos e icônicos com a finalidade de golpear ou burilar a imagem pública de um indivíduo ou instituição. A imagem pública mantém a função de suplemento para obtenção da adesão popular, criando efeitos sobre a opinião pública, sobre as eleições e sobre a esfera pública de debate (GOMES, 2004). Do mesmo modo, a imagem pode ser “implodida” pela mídia construindo uma imagem negativa do candidato junto a um eleitorado específico, uma classe específica, um público específico.

É sabido que a “crise” da era Dilma, começa bem antes na agenda midiática, referimo-nos, por exemplo, ao ano de 2013, quando *Veja*, em sua edição de 26 de junho de 2013, traz estampado em sua capa a seguinte manchete: “Os sete dias que mudaram o Brasil” e trata exatamente das manifestações que tomaram “conta do Brasil”, o fortalecimento do movimento MBL – Movimento Brasil Livre, que, inicialmente, reclamava do aumento das passagens de ônibus, na cidade de São Paulo, e foi, paulatinamente, ganhando força e adesão para um conteúdo político, que atravessou a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, com muitos protestos de brasileiros vestidos de verde e amarelo para criticar o governo de Dilma Rousseff e pedir o seu *impeachment*.

Como resposta às manifestações de rua, uma outra revista, *Carta Capital*, em sua edição de 13 de julho de 2013 traz em sua manchete à

seguinte frase: “Dilma Rousseff à Comissão do *Impeachment*: ‘Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça. Especial – o cheiro do golpe’”.

Paneleiros foram feitos para vaiar a Presidenta quando aparecia em canal de televisão para pronunciamentos oficiais; enfrentou uma campanha para reeleição marcada por pressões e fortes manifestações de desrespeito. Observou-se, através da leitura das revistas semanais, uma tentativa extremamente competente de desconstruir a imagem pública positiva da Presidenta. O que vemos, ainda durante a campanha presidencial, e continuamos lendo, no primeiro ano de seu governo, em 2015, e toda a movimentação em torno da abertura do processo de *impeachment*, em dezembro de 2015 a maio de 2016 e seu julgamento e afastamento definitivo, em 31 de agosto de 2016, foi uma enxurrada de críticas ao seu governo e uma tentativa mordaz de associar à sua imagem a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil.

Percebe-se que as revistas semanais que antecederam o período de processo de *impeachment*, apontam uma tendência da chamada “mídia hegemônica” em, semanalmente, alimentar a ideia de que o governo Dilma não se sustenta, que está próximo do fim.

Já o mesmo não pode ser dito em relação ao governo Michel Temer. Ao observamos o chamado “*pós-impeachment*” e a posse do então vice-presidente Michel Temer por 180 dias, momento no qual o julgamento do *impeachment* estava a ocorrer para garantir a sua posse definitiva ao cargo de presidente do Brasil, um fato nos chamou a atenção: uma produção midiática festejando a chegada ao poder de um novo nome e a promessa entusiasmada de que, doravante, o Brasil teria uma “nova chance de sair da crise” na qual estava enredado.

A Revista *Isto É*, edita no dia 18 de maio de 2016, quase um mês depois de em sua edição apresentar uma imagem negativa e misógina da ex-presidenta Dilma, traz em sua nova capa a imagem de Temer, muito bem fotografado, com uma expressão pensativa, dando um aspecto de quem está construindo planos para o governo, com uma postura de um estadista. A seguinte manchete é bastante expressiva “Dois anos para reconstruir o Brasil. Com Dilma e o PT fora do governo, Michel Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros”. Moretzsohn (2016, p. 136) afirma que: “a mídia hegemônica fez todos os esforços para apresentar um quadro positivo, que produzisse esperança e colaborasse com a normalização do golpe”.

Portanto, com base no exposto, acreditamos lidar não com uma simples disputa política ou um processo de *impeachment*. Tal processo foi atravessado e exposto por uma clivagem de gênero, em decorrência de uma cultura machista e sexista e o meio político composto majoritariamente pelo sexo masculino, que não digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao campo político e usou contra ela esse discurso sexista e machista, por meio das mídias sociais e dos veículos de comunicação de massa. Estes, que por sua vez, são um importante canal de propagação de representações sociais, que oferece determinados significados ao público consumidor. Além do discurso misógino e qualificado para desconstrução da mulher, em contraposição vemos também uma série de imagens e discursos qualificando a *persona* Michel Temer como o estadista. A partir dessas evidências cabem os seguintes questionamentos que embasam a nossa pesquisa: Até que ponto a questão de gênero não serviu e continua a servir de recorte para a narrativa midiática justificar a legitimidade da presença e/ou ausência de homens e mulheres nas disputas político-partidárias? Por que exatamente adjetivos pejorativos e desrespeitos serviram de manchete das capas de revista

hegemônicas para desconstruir a imagem pública da então presidenta Dilma ao passo que adjetivos encorajadores e elogiosos foram utilizados, por esse mesmo veículo de comunicação de massa, para construir positivamente a imagem pública do atual presidente Michel Temer? As manchetes retratadas refletem conteúdos de misoginia para ambos, ou somente na desqualificação do gênero feminino?

A construção narrativa a partir da clivagem de gênero

Dando prosseguimento a apresentação dos resultados, a partir das fichas de leituras como já explicitado, construímos as *categorias temáticas*. É notório que as categorias utilizadas compartilham semelhanças, pois estas conversam entre si; juntas representam um conjunto de ideias. Já que este estudo se trata de análise documental, buscamos então, apresentar os resultados a partir da construção de quadros apoiando-se nestas categorias. É também pertinente explicar que as categorias de análise que apresentamos abaixo, possuem um título autoexplicativo com o fim de representar o conjunto de ideias que elas trazem. Assim, é conveniente apontar também como resultado que os nomes das categorias se construíram aqui em vista da recorrência das narrativas encontradas.

As Categorias de Temáticas propostas nesta pesquisa podem ser assim descritas:

Categoria Temática I: A mulher incompetente, sem habilidade política/ O homem competente com habilidade política

Categoria Temática II: A mulher durona que não dialoga, nem atende aos padrões de governabilidade/ O homem político conciliador e o estadista nato

Categoria Temática III: A louca desequilibrada, o isolamento de Dilma/ O Temer estadista e o apoio do Congresso Nacional

A representação social de Dilma Rousseff como uma mulher sem competência e experiência políticas, como mera extensão malfadada de seu criador, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser observado nas duras narrativas construídas, principalmente pelas revistas hegemônicas: *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, vejamos alguns desses enunciados:

Hoje ela é um arremedo de mandatária que nada manda. Figura decorativa odiada pela sociedade. (Revista *IstoÉ*. 23 de março de 2016, p. 21).

Lula já foi capaz de eleger postes como Dilma Rousseff, mas não é curandeiro de pacientes desenganados. (Revista *Época*, 20 de abril de 2016, p. 50).

Se nunca se deu ao trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos, não foi apenas porque isso não é do seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas. “Dilma nunca disputou uma prévia, nem tinha enfrentado uma campanha antes de virar presidente da república. Recebeu o cargo numa bandeja. Não teve de aprender a seduzir.” Afirma um de seus ministros mais próximos (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p. 52).

A afirmação tácita, presente nos enxertos dos discursos em destaque, de que Dilma não possuiria capacidade política é uma grande falácia. Basta observar a sua biografia de mulher pública que não há como negar a sua experiência política. Isto pode ser rapidamente comprovado pelos cargos que ocupou, antes de ser eleita presidenta do Brasil. No entanto, o que parece estar em jogo não é sua suposta “incapacidade política”, mas o fato dela ser uma mulher técnica e pouco política, ou seja, “a sua propalada falta de tato para conversar e atender à classe política e aos interesses privados que chegavam até ela na condição de ministra”, como pondera Céli Pinto (2018, p. 25):

Quando Lula indicou Dilma como candidata do Partido dos trabalhadores (PT) para as eleições à presidência da república, as primeiras reações foram de que Lula, naquele momento com alta popularidade, egeria qualquer um, uma mulher como Dilma, ou um poste. Como havia sido secretária de estado no Rio Grande do Sul, ministra de Minas e Energia e da Casa Civil no governo Lula, não era possível desqualificá-la

completamente, então se passou a considerá-la uma técnica, não uma política.

Convêm acrescentar que o destaque dado pelas matérias acima descritas é de uma total e completa desconstrução não só da presidenta Dilma, mas de todas as mulheres que “ousam” disputar cargos na esfera política. Narrada como uma “extensão”, um poste do masculino, ou seja, de Lula, é apresentada como alguém desprovida de competência para exercer um cargo na política partidária. Maior desconstrução, impossível.

Esse tipo de representação sobre a incapacidade e/ou dificuldade da mulher em disputar cargos eletivos não é novidade no Brasil. Ainda há, mesmo a despeito da Lei de Cotas (Lei 9504/1997) para candidaturas femininas de pelo menos 30% para cada um dos sexos, uma imensa dificuldade das mulheres disputarem de “igual para igual” cargos eletivos:

Quando se analisa a presença de mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo. Segundo dados da União Interparlamentar, atualizados em 1º de março de 2017, o Brasil ocupa o 153º lugar entre 194 países pesquisados, quanto à presença de mulheres nos parlamentos (PINTO, 2018, p. 24).

Antonia Pellegrino, por sua vez, ao refletir sobre a política representativa, cita Marielle Franco, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018 e então candidata a vereadora pelo Rio de Janeiro e eleita em 2017, ao escrever para o blog #AgoraéQueSãoElas: afirma como é difícil a disputa das mulheres por espaços de poder, em especial o poder político partidário. Sua reflexão destaca a presença do crivo de gênero e da cultura machista a insistentemente demarcar que o espaço da política não é lugar do feminino:

A disputa da política é um grande desafio, principalmente para nós mulheres. A lógica machista nos persegue a todo tempo e a sentimentos com intensidade, principalmente quando decidimos ocupar um espaço na institucionalidade política. E os reflexos disso são corriqueiros no cotidiano das nossas campanhas eleitorais, sejam feministas ou não. Imprimir a imagem do nosso rosto em um panfleto é quase um convite ao assédio, que vai desde pedidos de casamento até

propostas da troca do voto por um beijo. Tudo com muito humor e sorrisos escancarados, como boa parte da estética do machismo, que na maioria das vezes, acaba com violência psicológica ou física contra a mulher, e alimenta a cultura do estupro. (PELLEGRINO, 2018, p. 65).

Outra representação na construção de uma imagem pública negativa da Presidenta, por parte da chamada mídia hegemônica, diz respeito a sua falta de capacidade para o diálogo, para negociar conflitos, buscar a conciliação com os que pensam diferente dela. Ou seja, a construção da imagem de uma estadista intransigente e arrogante, pouco afeita ao diálogo e a escuta:

Entre os muitos erros cometidos pela presidente afastada Dilma Rousseff, o desprezo pelo Congresso foi um dos mais devastadores. Ao dar as costas para o Parlamento, Dilma perdeu a capacidade de articulação política e anulou as chances de aprovação de projetos de interesse do governo. Político mais hábil e mais afeito ao diálogo, o novo presidente Michel Temer certamente não repetirá os mesmos equívocos. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 54.)

Dilma tem extrema dificuldade de reconhecer publicamente seus erros, como aversão à política, o jeito duro, a obsessão centralizadora e a inexperiência política que impossibilitou o diálogo com o Congresso e o PT. (Revista *Época*. 29 de agosto de 2016, p. 34).

Ao se construir uma visão de que Dilma iria propor e executar uma nova maneira de dialogar com o Congresso Nacional, ela carrega consigo os estereótipos de durona, de gerentona, de pouco afável aos pedidos que lhe eram dirigidos e isto, obviamente, não se coaduna com um costume já instituído nas “práxis políticas” regulares brasileiras.

Tais estereótipos a acompanharam por todo o período em que esteve na presidência do Brasil e acabaram, em grande medida, por justificar seu *impeachment*, pois na seara da política parece não existir espaço para “uma mulher durona”.

Ao denunciar o sexismo e o machismo presentes nos estereótipos construídos para desqualificar a presidenta Dilma e, consequentemente, construir uma imagem pública negativa dela, autoras como Céli Pinto,

acrescentam o conteúdo de gênero fortemente utilizado para permitir o processo de *impeachment* a qual foi submetida:

Era fácil derrubar Dilma, era uma mulher, não um cacique do PT. Depois de tudo que aconteceu, ainda se ouvia, entre detratores e mesmo entre militantes da esquerda, que ela era dura, ela não tinha jogo de cintura, ela não negociava, ela não cedia às tramas necessárias, ela não era política. Ela era apenas uma mulher. Mulheres não sabem fazer política, elas podem militar desde 16 anos, ser brutalmente torturadas, ocupar os principais cargos da República, mas serão tidas como não políticas, serão no máximo técnicas competentes, que caem porque não sabem compactuar. (...) (PINTO, 2018, p. 31).

Em contrapartida à visão das referidas Revistas, quando a *persona* pública é o vice-presidente e, posteriormente, presidente Michel Temer, muda totalmente. Desta feita, a representação é a de um estadista centrado, competente e experiente na vida política. Exaltam-se suas características de competência política, temperamento ponderado e habilidade de ser um grande negociador e conciliador:

Michel Temer é advogado, tem 75 anos, mede 1,70 metro, é magro e naturalmente. Evita tomar água durante as refeições e caminha na esteira – só sai da linha diante de um prato de morangos com chantili. É formal e diplomático até quando explode. Cerimonioso, apresenta-se sempre em trajes impecáveis. Quase nunca fala palavrão em público e só conta “piadas de salão” – sem graça, como diz um amigo. Sua desenvoltura como articulador, aliado ao pendor pela conciliação de interesses – dotes reconhecidos até pelos desafetos, impulsionou sua carreira. (Revista *Época*, 16 de maio de 2016).

(...) Temer, com sua mirada de conciliador, cabelos lisos, meticulosamente penteados para trás, cada fio em seu lugar como convém a um restaurador da ordem, garante que será firme no objetivo, embora cuidadoso. Há de se dar crédito às intenções do postulante. Muitos dos que convivem com Temer dissertam caudalosamente sobre seu talento aglutinador. Sabem que ele não é um iluminado da práxis, nem possui a clarividência dos estrategistas de complexos planos de recuperação econômica, mas defendem cegamente suas habilidades táticas. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.21)

(...) Temer aposta suas fichas e reputação nessa cruzada. Sonha escrever seu nome no panteão dos salvadores da pátria. Sabe que terá curtíssimo prazo para mostrar a que veio e sabiamente previu dias difíceis pela frente. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 20).

Desde o momento em que Temer assume interinamente a Presidência do Brasil, em 13 de maio de 2016, e assume definitivamente a Presidência em 31 de agosto de 2016, que os meios de comunicação hegemônicos festejam a sua chegada ao poder. Aclamado como aquele que vai colocar o “Brasil nos trilhos”, não cessam as expectativas de que, doravante, o Brasil se encontrará com um futuro promissor. Entrementes, as coisas não acontecem tal qual o “país das maravilhas”.

É importante observar que, mesmo acusado de envolvimento em esquemas de corrupção, envolvendo familiares, amigos íntimos e auxiliares próximos, que atravessará todo o seu governo, e que não nos cabe no espaço desse artigo detalhar, as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, comprometidas em dar sustentação a seu governo, noticiam tais “escândalos” mas constroem uma narrativa que busca blindar o Presidente, desviando o foco da acusação para outros alvos. Senão vejamos:

Agora é oficial: o Brasil acaba de atravessar a maior recessão da história. (...) O cenário é favorável a essa retomada. Mas o fator mais importante (e que permite otimismo com o futuro) foi a correção de rota feita pelo governo. No campo político a administração de Michel Temer vê alguns de seus principais colaboradores sendo atropelado pela Lava-Jato. Mas na economia sua equipe é sólida e dispõe de alguns dos melhores da área no Brasil. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p.59)

Acosado pela impopularidade, incomodado por delações de réus que o colocam em negociações do petróleo e ameaçado de cassação por um processo em vias de julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, Temer sobreviveu até agora devido à conjunção de forças políticas que preferiam sua permanência à incerteza da crise. (Revista *Época*, 22 de maio de 2017, p. 37).

É notória a tentativa das revistas *Veja* e *Época* em desviarem a acusação de suposto envolvimento do presidente Temer em esquemas de corrupção, pela tentativa, eficaz, de subliminarmente passar a mensagem de que “se com ele está ruim, sem ele pode ficar pior”. De que a sua saída, motivada por um processo de *impeachment*, poderia levar o País a uma crise sem precedentes, então ele está protegido, segundo a revista *Época*, “devido a uma

conjunção de forças políticas” que não querem a “incerteza da crise”. Ora, em momento algum, as citadas Revistas questionam os supostos delitos e envolvimento do Presidente, mas desviam a atenção do leitor, para “relevar” esses fatos “menores” – a corrupção, e pensar no Brasil e em sua saída “da crise”. E de fato, tais revistas caminharam, até o fim, alinhadas ao governo Temer, blindando-o e protegendo-o de toda sorte, fato que não aconteceu com a presidenta Dilma Rousseff, como está sendo demonstrado.

Na contramão das narrativas produzidas por *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, a Revista *Carta Capital*, por assumir uma tendência “mais à esquerda”, pois é uma das poucas revistas de circulação semanal que assume, em seu editorial que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar, constrói uma espécie de contra discurso às narrativas propaladas pelas revistas acima citadas:

Chega a ser cômico supor que, apenas dois meses depois de empossado, Temer fosse capaz de reverter essas expectativas, como a manchete da Folha sugere nas entrelinhas e como afirmou peremptoriamente a TV Globo: “Em fevereiro deste ano, com Dilma na Presidência, 72% acreditavam que a inflação ia subir. Agora, com Michel Temer, caiu para 60%.” (Revista *Carta Capital*, 27 de julho de 2016, p.23)

É de se perguntar o que querem as elites brasileiras. Inventam um presidente frágil, sem legitimidade, biografia ou carisma, dão-lhe um mandato de pouco mais de um ano de tempo real e supõem que conseguirá propor e executar uma agenda reprovada pela quase unanimidade do País, na qual nem sequer ele acredita. Quem terão sido os gênios que imaginaram essa “solução”? (Revista *Carta Capital*, 19 de abril de 2017, p. 27)

Michel Temer, o agonizante, tornou-se uma espécie de Napoleão do Hospício Brasil. Jamais um chefe da nação esteve tão encrocado com a Justiça e cercado de tantos suspeitos, mas o Palácio do Planalto e o Congresso deliram. Com o circo em chamas, tentam fingir normalidade e insistem em votar reformas impopulares para “ferrar o trabalhador”, definição usada da tribuna do Senado por um figurão do PMDB. (Revista *Carta Capital*, 31 de maio de 2017, p.14).

Vale acrescentar que as notícias sobre o envolvimento do Presidente em esquemas de

corrupção só aumentam e se avolumam em denúncias, a ponto de *Veja* e *IstoÉ* por exemplo, serem quase “obrigadas” a noticiar tais acusações, mas mesmo assim, ainda ponderamos: a dosagem de desconstrução deste ainda é muito leve se comparada a saraivada de supostos envolvimento com corrupção e imensamente menor se comparada as narrativas grotescas e altamente desrespeitosas dirigidas a então presidenta Dilma Rousseff:

Desde que seu governo foi atingido na testa pela delação do empresário Joeley Batista, o “bandido notório”, Temer nunca viveu uma semana tão desastrosa. A Polícia Federal, encerrando uma etapa das investigações da delação, concluiu que existem evidências “com vigor” mostrando que Temer praticou ato de corrupção. (...) Temer, mesmo no exterior, encerrou a semana menor do que começou. (Revista *Veja*, 28 de junho de 2018)

Na noite de segunda-feira 26, Temer já começava a preparar o contra-ataque à denúncia formulada por Janot. Na madrugada, pouco dormiu. Preferiu reunir-se com auxiliares para analisar o texto do procurador. Encontrou uma série de furos na acusação e decidiu que precisava falar à nação. (...) Em seu pronunciamento, Temer indicou que está pintado para a guerra. O final pode ser outro, mas por ora o presidente vence o que se convencionou de chamar de “batalha da comunicação”. (Revista *IstoÉ*, 5 de julho de 2017).

Retomando um pouco as nossas categorias temáticas, é notória a construção negativa, por parte das revistas hegemônicas, quando o tema é a condução política da presidenta Dilma, está é narrada, como já vimos acima, como uma mulher durona, que não dialoga com seus pares e que tampouco, atende aos padrões de governabilidade:

Dilma terá de exercitar nos próximos meses, diálogo e capacidade de persuasão, dois atributos em falta no Palácio do Planalto em sua gestão. Depende disso para salvar seu mandato. (Revista *Época*, 07 de dezembro de 2015, p.68).

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com seus subordinados. (Revista *IstoÉ*. 06 de abril de 2016, p.20).

A presidenta nunca foi muito querida pelos servidores, pelos mesmos motivos que não é querida pelos políticos: seus arroubos de impaciência, o hábito de gritar e a rispidez no trato. (Revista *Época*. 18 de abril de 2016, p. 37)

Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população. Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso... tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis. (Revista *Veja*. Edição Extra, 20 de abril de 2016, p.19).

Pouco empenhada na arte de agradar, frequentemente frustra aliados carentes de afagos. (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p.30).

(...) Temer sabia que, de todos os erros cometidos por Dilma Rousseff, a combinação de dois deles fora letal. A ex-presidente não ouviu e não enxergou, ou não quis ouvir e não enxergou, ou não quis ouvir nem enxergar, os sinais de descontrole econômico. Paralelamente, também se mostrava avessa ao convívio com os políticos, inclusive os de seu próprio partido, o PT, que acabou lhe rendendo antipatias e inimizades terminais no Congresso. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p. 63).

A falta de trato com a política e com os políticos, a incapacidade para o diálogo e o temperamento desagradável, autossuficiente e arrogante de Dilma são apontados pelos discursos das revistas acima descritas, como um dos elementos responsáveis pela sua ineficiência administrativa e por sua queda. Cabe-nos agora indagar: tais características de não misturar interesses republicanos com interesses privados dos parlamentares, por exemplo, não deveriam ser qualidades a serem exaltadas? Ou seja, como pondera Clara Araújo (2018):

(...) A “falta” e o “deslocamento” da presidenta desse campo das práticas políticas do varejo são os aspectos destacados quanto ao seu estilo de negociar. Isto ora parece decorrer de sua inexperiência política, ora de sua inapetência para função, ora à sua inabilidade, ou ainda aos três aspectos juntos. A ética como elemento constantemente acionado no discurso midiático, também não contou neste caso. Não se registram outras leituras possíveis, como por exemplo, a de que tal resistência poderia ser uma janela de oportunidades para estimular ou desnudar a forma viciada de negociação, abrindo caminho para outro formato de prática política. (ARAÚJO, 2018, p.40).

Não foram encontrados ou destacados pela mídia ou pelos *blogs* de movimentos que fazem oposição a presidenta Dilma quaisquer tipos de méritos ao seu ato de construir uma relação com o Congresso diversa da até então

estabelecida. E pior, as críticas a ela dirigidas acabam por se identificar como uma falta e ausência de Dilma e não como uma proposta diversa de relacionar-se com o espaço da política. Indo um pouco mais adiante, é possível que tal visão, desemboque inclusive numa generalização grosseira para o gênero feminino, isto é, à construção estereotipada de que a mulher política, o gênero feminino não tem condições de manter um diálogo e espírito de negociação com o parlamento e com a atividade executiva. Uma característica se transforma em uma falta ou um defeito.

Lilia Moritz Schwarcz (2019), ao descrever sobre Brasil, defende que os dois principais inimigos do país são o patrimonialismo e a corrupção e que, infelizmente a nossa República é, infelizmente, vulnerável, a tais ataques. Para ela:

O patrimonialismo, é resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder. (SCHWARCZ, 2019, p. 65).

Provavelmente a pretensa dificuldade da Presidenta Dilma em dialogar e negociar com o Congresso e sua negativa em tratar a política como “uma prática varejista” deva-se a sua tentativa de não patrimonializar a coisa pública a partir dos interesses privados, em não transformar o Estado em um bem privado a ser apropriado por interesses privados dos parlamentares. E tal postura, que deveria, a qualquer Estado democrático, ser aplaudido e exaltado como um valor, se consubstancia em um defeito, uma falta da Presidenta que vem estereotipada na forma de alguém que não quer e/ou não sabe dialogar.

Muitas das ações “desastrosas” de Dilma foram responsabilizadas, ainda, pelos meios de comunicação hegemônicos como resultado de sua “inexperiência na vida pública”, como já vimos alhures. No entanto, mesmo se isto fosse verdade, o que não é, dada a vasta experiência política de Dilma em sua trajetória pública, ter

experiência política nunca foi um pré-requisito para concorrer a um cargo político. Ao contrário, dependendo da situação, e aí entra a clivagem de gênero, para outras candidaturas, comumente masculinas, tal característica é até exaltada positivamente:

(...) valho-me de dois exemplos bem recentes, ilustrativos de tratamento diferenciado sobre trajetórias políticas baseadas na experiência de governo e na falta de experiência com eleições. São os casos do prefeito de São Paulo, João Doria Jr (PSDB) e, mais recentemente, o do presidente eleito da França, Emanuel Macron (Em Marche). Em ambos, o que foi apresentado como falta em Dilma se transforma, se reveste de sentido de virtude, não apenas nos discursos dos dois políticos, mas em especial na narrativa da mídia. Nesses candidatos, a inexperiência adquire a aura de distanciamento da “velha” política e dos “velhos” políticos. (ARAÚJO, 2018, p.43).

Em oposição as narrativas acima descritas sobre a presidenta Dilma Rousseff, as mesmas ditas Revistas semanais hegemônicas, apresentam o então interino e posterior, presidente Michel Temer como um “homem político”, um político polido, conciliador e um “estadista nato”:

Michel Temer, o constitucionalista por convicção, ex-professor de direito, advogado e político curtido na arte da negociação, começa a escrever uma nova história para o País. De uma maneira ou de outra, nada será igual ao que passou. E as chances de melhora do ambiente são ao menos promissoras. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 20).

Medidas econômicas levam tempo para surtir efeito. As bases do crescimento vivido na era Lula foram construídas no mandato de Fernando Henrique Cardoso. Com extrema boa vontade, pode-se dizer que a melhoria na renda do trabalhador durante o primeiro mandato de Dilma era fruto de decisões tomadas pelo seu antecessor. Nesse ponto, Michel Temer não teve a mesma sorte. A herança recebida por ele é nefasta e tudo indica que seu mandato terminará sem que o legado positivo fique claro. Mas o presidente improvável tem a chance de escrever seu nome na história como aquele que recolocou o país nos trilhos – e isso não é pouco. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p. 63).

Eram 13 horas da quinta-feira passada quando o vice-presidente da República, Michel Temer, cortou um pedaço de queijo branco sobre a mesa de reuniões da

antessala de seu gabinete no Anexo II do Palácio do Planalto. Prestes a se tornar presidente da República, o peemedebista mal tem tempo para se alimentar e já perdeu dois quilos e meio. (...) Diz o vice: “Eu quero entrar para a História”. Ele acha que conquistará um lugar no panteão da República se encerrar o ciclo de recessão, viabilizar os investimentos privados e estimular a geração de empregos. É a sua grande aposta. É a sua grande largada. (Revista *Veja*, 4 de maio de 2016, p. 44).

Competência, ponderação e equilíbrio são as principais características atribuídas ao presidente Temer, ao “homem político” que assume o seu “legítimo lugar”: a política. O homem forte, que deseja “entrar para a História” colocando o “País nos trilhos”, como acrescenta Flávia Biroli (2018):

Assim que Rousseff foi deposta, o ministério de homens brancos de Michel Temer passou a desfilar seus corpos e a disparar declarações sexistas que indicavam sua distância em relação as transformações sociais em curso no país e sua convicção de que o lugar das mulheres é na vida doméstica, garantindo assim o protagonismo masculino. O ambiente que as performances sexistas do novo *establishment* se tornaram possíveis é aquele em que a competência das mulheres para a vida pública e, especificamente, para a política foi abertamente contestada. (BIROLI, 2018, p. 78).

Bem diferente das representações construídas sobre a presidenta Dilma que chega a ser comparada a uma louca, pela Revista *IstoÉ*, ou seja, “a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional.” (BIROLI, 2018, p.79).

Na matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, em oito páginas, o que vemos é a construção da imagem pública de uma mulher, no mínimo, à beira da loucura. Asseveram eles:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da

votação do impeachment pelo Congresso. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 34).

A narrativa construída pelos referidos jornalistas tenta desconstruir a imagem de Dilma, impingindo a ela a característica de uma mulher desequilibrada que, por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destrutando e desrespeitando os seus subordinados e depredando o patrimônio público. Com base em tal construção narrativa, cabe aqui apresentar o que formula Patrick Charaudeau (2006) quando defende que:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2006:39).

O efeito de sentido esperado pela matéria da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rousseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a apoiar uma gestora cuja saúde mental se encontra tão debilitada? E continua a matéria a fazer suas denúncias de forma apócrifa já que nenhuma fonte é citada sobre a veracidade das informações coligidas:

Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (...) dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. (...) Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 34).

Quebrar móveis, depredar o bem público, “sustentar-se em pé” a base de calmantes, um deles, inclusive, utilizado para pacientes com esquizofrenia, é o quadro que é apresentado sobre a saúde mental da Presidenta. E continua a narrativa sobre o seu descontrole mental segundo os citados jornalistas, desta feita amparando-se no saber médico:

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 36-37).

No discurso acima, se concretiza aquilo que Charaudeau (2006) vai denominar de “efeito de verdade”, ou seja, de que ele estaria baseado na convicção. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de credibilidade, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida.” (CHARAUDEAU, 2006:49)

O “saber médico” chancela o descontrole emocional da presidenta, restando então, ao leitor, a convicção de que Dilma perdeu o equilíbrio emocional. Para completar esse raciocínio, acrescenta a matéria:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (...) Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p.37).

O artigo é completado pela narrativa de outro jornalista, Antonio Carlos Prado, que, subliminarmente, faz uma comparação do comportamento transloucado da presidenta com o comportamento exibido por Dona Maria I, mãe do regente Dom João VI, que entrará

para a História conhecida com Dona Maria, a louca.

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 39).

A repercussão da matéria publicada pela Revista *IstoÉ* foi evidente no meio acadêmico, tanto no bojo das Ciências Sociais quanto do Jornalismo, pois tamanha foi a sua violência de gênero, a sua tentativa de desconstrução do feminino, que suscitou reflexões tais como a proposta por Biroli (2018):

A ideia de que se tratava de uma mulher perdendo o controle, incapaz de reagir com sensatez à crise política, atravessou todos os registros e esteve presente em maior medida do que outras abordagens na mídia empresarial. O conteúdo sexualmente violento ganhava espaço na internet ao mesmo tempo em que a violência de gênero se expressava na mídia empresarial pela estigmatização de Rousseff e das mulheres como não capazes de atuação na política, sobretudo em contexto de crise. (...) (BIROLI, 2018, p. 80).

Não há como questionar o forte teor sexista e misógino presentes nas narrativas propostas pela mídia hegemônica, no caso em tela, presentes na Revista *IstoÉ*. A violência contra o gênero feminino e os estereótipos de gênero dirigidos a Dilma, sem dúvida alguma, ajudaram a pautar a viabilidade do *impeachment* e a construção de uma imagem pública altamente negativa da presidenta e, conseqüentemente, da mulher na política.

Os fatos que antecederam e sucederam ao processo de *impeachment* da Presidenta Dilma,

até o seu afastamento definitivo, foram cobertos pela mídia hegemônica como um resultado da própria intransigência daquela e não como resultado de uma forte e contundente oposição do Parlamento a que ela permanecesse no poder. Já em dezembro de 2015, ainda no primeiro ano de governo da Presidenta, já se falava e foi aberto, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o processo de *impeachment*:

(...) **O processo de impeachment é uma luz a se insinuar no fim do túnel em meio ao breu.** Para empresários, líderes políticos – até do próprio PT- e a maioria da população a saída de Dilma do poder significa a oportunidade real de o Brasil escapar do atoleiro em que se encontra rumo ao resgate da credibilidade, à retomada da confiança e à construção de uma unidade nacional. (Revista *IstoÉ*, 9 de dezembro de 2015).

As notícias, durante o processo de *impeachment* até o seu fim são marcadas por uma narrativa que constrói a ideia de que a presidenta ficou só, totalmente alijada do poder e, principalmente, do apoio de seus pares e do Brasil. Chega a ser desolador sua situação de total e completo abandono:

Dilma tem se restringido a área privativa (...), nunca esteve tão só, tão reclusa neste casulo do poder. A Presidência da República é, por natureza, uma posição institucional na qual o ser investido está sempre cercado de muita gente, mas solitário em sua essência. Com o poder esvaindo-se, Dilma no entanto tem estado sozinha até nessa vida prática (Revista *Época*, 18 de abril de 2016, p. 36).

Na cadeira, mas sem poder Dilma será mais que um “pato manco (...) Será uma presidente zumbi a vagar no limbo de um palácio vazio, alijada das decisões de um país que há tempos não governa. (Revista *Veja*. Edição Extra, 20 de abril de 2016, p. 15).

No Palácio da alvorada, recolhida aos aposentos privativos do 2º andar, evita até mesmo lidar com os servidores, que trata como espiões ou espectadores incômodos de seu calvário. (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p. 51).

A experiência da solidão, do estar e sentir-se abandonada não se coaduna com outra narrativa, desta feita, proposta por Carta Capital, que não só denuncia o “golpe de

2016”, como apresenta a Presidenta como uma mulher honesta e vítima de uma armação jurídica, parlamentar e midiática para destituí-la do poder:

Ensaia-se um novo, inédito modelo de golpe de Estado e os impávidos inovadores mostram a cara. De Sergio Moro a Gilmar Mendes a José Serra a Fernando Henrique Cardoso. Da Globo, jornalões e revistas a Eduardo Cunha. Da facção peemedebista em busca da rasteira mais eficaz nos aliados ao risco ao vice-presidente Michel Temer, que já conta as favas e monta futuro governo. (Revista *Carta Capital*, 30 de março de 2016).

É golpe, é golpe sim! (...) A despeito das afirmações em contrário de pançudos alquimistas do engano, envoltos em prosopopeia. E dos editoriais dos jornalões e programões, e das colunas e reportagens dos sabujos midiáticos, de lida tão árdua com o vernáculo, mas de fantasia acesa. (...) Qual a verdade factual? A presidenta Dilma errou bastante, ninguém, no entanto, poderá acusá-la de desonestidade. Está a ser julgada, porém, por uma corja de corruptos na comparação com os quarenta ladrões de Ali Babá, estes figuram como medíocres aprendizes. (Revista *Carta Capital*, 6 de abril de 2016, p. 16).

Não é exagero ou despropósito a afirmação de que um dos elementos motivadores para a construção de uma imagem negativa da presidenta Dilma foi a misoginia. Nos termos de Márcia Tiburi (2018):

(...) a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. (TIBURI, 2018, p. 106).

As revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, se prestaram à construção de narrativas eivadas de ódio contra a mulher Dilma Rousseff, e não sem coincidência, as manifestações públicas ocorridas no Brasil, a partir de 2013, e que pediam o *impeachment* da presidenta, traziam fartas mensagens, em forma de cartazes ou mesmo de falas, de conteúdo misógino. Uma delas nos marcou em especial: uma faixa, conduzida por dois manifestantes com a seguinte frase: “balança que essa quenga cai”.

A desconstrução da mulher política, por meio da misoginia, tem sido uma eficaz ação para

retirar a mulher da disputa por espaços de poder político partidários, como se eles deversem continuar, para sempre, como o espaço do masculino:

No contexto da misoginia, fala-se mal de mulheres de muitos modos, seja inventando uma essência para elas, seja ocultando as heterodenominações que pesam sobre elas, seja criando e intensificando as ideologias femininas, tais como a ideologia da maternidade, da juventude, da sensualidade, todas essas que fazem parte do sistema do machismo estrutural. Todo esse sistema ideológico não prevê mulheres no poder. Porque o poder é coisa que os homens querem para eles. É evidente que toda mulher vai ter que pagar um preço imenso quando tomar para si alguma coisa desejada pelos homens. (TIBURI, 2018, p. 110).

Indagamos se não seria suficiente a mídia hegemônica classificar a presidenta Dilma apenas de incompetente, o que já seria obviamente um absurdo, mas por quê em suas narrativas ela se estendeu tanto a ponto de classificá-la como “louca”, pato manco, zumbi, arrogante, grosseira, entre outros adjetivos? Um dos pontos de reflexão que justificam tamanha violência e até mesmo o ódio a ela dirigidos, é o machismo, o sexismo e a misoginia. O medo da mulher ocupar os espaços de poder “tradicionalmente” classificados como espaços do masculino e não do feminino. Por isso o “preço” pago por Dilma foi tão alto. Foi muita “ousadia” querer ocupar o principal cargo político do Brasil: a presidência da República e por duas vezes ostentar os títulos de primeira mulher eleita e reeleita para governar o Brasil.

Não à toa que enquanto Dilma é vista de maneira negativa pelas principais revistas hegemônicas semanais, como alguém sem qualificativos para governar o País, sem experiência política, polidez e capacidade de negociação e conciliação, como vimos, a imagem pública de Michel Temer passa a ser, insistentemente positivada e construída como a de um estadista preparado e detentor do apoio do Parlamento brasileiro:

Mas pode-se dizer que Michel Temer, positivamente, quer fazer um governo em nada parecido com o de Dilma Rousseff. O substituto representa uma vasta aliança, uma

gente transformadora para a qual convergem as esperanças de mudança da maioria, inequivocamente demonstradas em manifestações de rua e pesquisas de opinião. Já na afastada Dilma, a mistura de arrogância, desfaçatez e hipocrisia atinge a calibragem perfeita. Sua capacidade de golpear a verdade, sob a tutela firme de agitadores e saqueadores do estado, passou dos limites. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.21).

No Palácio do Jaburu, próximo de se deslocar para o Planalto, onde tomaria posse como presidente e nomearia seu ministério, Michel Temer parecia tranquilo e aliviado. Havia finalmente terminado de escalar seu primeiro escalão. Assessores e futuros ministros, como Romero Jucá, Eliseu Padilha, Márcio Freitas e Elsinho Mouco davam os últimos retoques no discurso que Temer faria a nação, enquanto que, na biblioteca, o pequeno Michel brincava desprovido da dimensão do desafio imposto a seu pai. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 25).

O homem preparado, o estadista nato que conhece a “arte da conciliação” é apresentado pela mídia hegemônica como uma espécie de “ungido”, um ser especial que vai redimir o país de suas mazelas causadas por “aquela mulher” – como Dilma era tratada por alguns jornalistas, políticos e palestrantes. Temer representa a luta de “Golias contra o dragão”; aliás, ouvimos certa feita, por ocasião das eleições em 2014, um sacerdote afirmar, em plena realização de sua homilia, numa missa realizada na véspera da eleição, “que todos, no domingo, ao votarem, iriam derrotar o dragão vermelho”. Nada mais simbólico que isto.

Temer representa ainda, segundo as narrativas das revistas semanais, à exceção de *Carta Capital*, o retorno da “velha política”, da política da conciliação, negociação e dos “acordos republicanos”:

É evidente que um governo precisa de alianças e base parlamentar para aprovar projetos no Congresso. Não à toa, Temer montou o chamado ministério de expressão parlamentar. Dos escolhidos, 13 são deputados ou senadores. Mas os acordos têm de ocorrer de modo republicano. As siglas precisam apresentar nomes qualificados que aceitem se submeter a uma orientação programática. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 25).

Apesar do bombardeio da crise, o presidente Michel Temer aparenta serenidade. Na tarde de quinta-feira, ao receber VEJA, em seu gabinete no Planalto, só demonstrou emoção em três momentos: ao falar da

repercussão do escândalo em sua família, ao defender o coronel João Baptista Lima Filho e ao garantir que não deixará o cargo. “Não saio daqui. Não saio mesmo”. (Revista *Veja*, 7 de junho de 2017, p. 54).

Assim, o que podemos aventar a partir do exposto, é que os jogos do poder e o tabuleiro da política ganha um novo contorno com a chegada a presidência de Temer. Novamente homens brancos, ricos e heterossexuais reassumem o poder e passam a ditar as regras da governança no Brasil sob a batuta da mídia hegemônica, representado pelas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* que também defendem o espaço da política como o lugar do masculino. Pelo menos foram essas as ideias que as narrativas midiáticas das revistas semanais nos tentaram passar, com exceção da *Carta Capital* que, ao seu modo e segundo seus interesses e mercado, tudo fez para defender Dilma, denunciar o golpe de 2016 e desconstruir a imagem pública de Temer.

Considerações finais

A partir das reflexões construídas nesse artigo, acreditamos lidar não com uma simples disputa política por acesso a determinados cargos. As disputas por espaço de poder, em especial as travadas na história recente no Brasil pelo cargo da Presidência da República, protagonizados pela presidenta Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, foram atravessadas e expostas por uma clivagem de gênero, em decorrência de uma cultura machista e sexista e um meio político composto majoritariamente pelo sexo masculino, que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao campo político e usou contra ela um discurso sexista e machista, por meio das mídias sociais e dos veículos de comunicação de massa. Estes que são um importante canal de propagação de representações sociais, que oferecem determinados significados ao público consumidor. Além do discurso misógino e qualificado para desconstrução da mulher, em contraposição vimos também uma série de imagens e discursos qualificando a *persona*

Michel Temer como o estadista. A partir dessas evidências cabem os seguintes questionamentos: até que ponto a questão de gênero não serviu e continua a servir de recorte para a narrativa midiática justificar a legitimidade da presença e/ou ausência de homens e mulheres nas disputas político-partidárias? Por que exatamente adjetivos pejorativos e desrespeitosos serviram de manchete das capas e narrativas de revista hegemônicas para desconstruir a imagem pública da então presidenta Dilma ao passo que adjetivos encorajadores e elogiosos foram utilizados, por esse mesmo veículo de comunicação de massa, para construir positivamente a imagem pública do atual presidente Michel Temer? As manchetes retratadas refletem conteúdos de misoginia para ambos, ou somente na desqualificação do gênero feminino?

Acreditamos que conseguimos comprovar a tentativa de construção de uma imagem pública positiva para o gênero masculino e uma negativa para o gênero feminino, protagonizados pelas personas Dilma e Temer, a partir das narrativas das revistas hegemônicas semanais, e que infelizmente, ainda nos parece longo, penoso e muito difícil o caminho a ser trilhado pelas mulheres que “ousam” disputar espaços de poder.

Referências

- ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (org.) *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador, Edufba, 2018.
- BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. *A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial*, 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>.
- BERTASSO, Daiane. Ethos discursivo e jornalismo de revista: as imagens de si de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital por meio de suas capas. *Interin*. Curitiba, v. 19. n.1. p. 103-119, jan./jul. 2015.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (org.) *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador, Edufba, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo, Contexto, 2006.
- CRESTANI NETO, Milena. *As estratégias jornalísticas para despertar o interesse e manter a atualidade nas capas de revistas semanais de informação – uma análise semiótica*. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan. *A mídia e o golpe: uma profecia auto cumprida*. Disponível em: https://m.box.com/shared_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrs4too/view/279198611868. Acessado em: 20 de setembro de 2019.
- PELLEGRINO, Antonia. Política Representativa. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista*. Arte, Cultura, Política e Universidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (org.) *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador, Edufba, 2018.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. Editora Brasiliense, 1980. (Coleção primeiros passos).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *Revista Cult*. 20 de julho de 2016. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.